

Balanço das eleições da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social

Rosangela Paz

Conselheira do CNAS e representante do Instituto Pólis

Publicado em: 17/05/2006 *Nessas eleições muitas coisas estavam em jogo: mudança na presidência do CNAS, eleições gerais e transição para um novo governo, o aprofundamento e consolidação do Sistema Único de Assistência Social* No dia 25 de abril de 2006 ocorreu a assembléia de eleição da sociedade civil para o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), para o período 2006-2008.

Para essas eleições tivemos avanços importantes na regulamentação do processo. No segmento de Entidades prestadoras de serviço reconheceu-se a regulamentação do art. 3º da Loas, apesar de ainda não ter sido publicado o decreto presidencial. No segmento de Trabalhadores, pela primeira vez reconheceu-se a legitimidade dos conselhos profissionais, e no segmento de Usuários ampliou-se a compreensão para as formas próprias de organização dos usuários (inclusive as não institucionalizadas), e definiu-se que somente são entidades de usuários aquelas que tem os mesmos na direção das organizações.

Entretanto, apesar desses avanços, as eleições foram marcadas pelo não cumprimento das resoluções e por oportunismos do campo de entidades conservadoras que tem como principal bandeira os interesses corporativos e a filantropia.

Historicamente a área da Assistência Social é hegemônica pelas entidades confessionais “prestadoras de serviços assistenciais”, com interfaces com as áreas de educação e saúde, que buscam garantir isenções fiscais. Desde a Loas, o Conselho tem se configurado em um campo de disputas, da filantropia e de uma nova concepção de política pública e de assistência social, política de direitos e dever do Estado. As tensões são permanentes, durante as gestões observa-se que as diferenças convivem, há composições, mas nos momentos eleitorais, as posições, os interesses são claros e transparentes.

Nessas eleições muitas coisas estavam em jogo: mudança na presidência do CNAS (que deve passar para a sociedade civil), eleições gerais e transição para um novo governo (Lula, Alckmin,...), o aprofundamento e consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, e receios quanto a mudanças nas regras de acesso à chamada filantropia e seus benefícios.

Os grupos mais conservadores se articularam para ganhar mais espaço e assentos no CNAS. Já o campo político do Fórum Nacional de Assistência Social - FNAS, apesar de maior visibilidade, estava fragilizado, com muitas divisões internas, e não conseguiu definir uma estratégia política de intervenção no processo eleitoral. A ABONG e suas associadas (em torno de 13 ONGs) se mobilizaram para participar como eleitoras, mas não houve interesse em concorrer ao CNAS (uma hipótese é de que as prioridades das associadas estão em outros espaços, um indicador disso é a ausência delas na V Conferência Nacional). Na semana anterior as eleições, articulou-se a candidatura da ONG Fé e Alegria, associada a ABONG, e que milita na área da

infância e da adolescência, mas o prazo foi muito curto para viabilizar e “costurar” apoios.

As regras eleitorais estavam estabelecidas e uma Comissão de Habilitação foi indicada pelo plenário do CNAS. Entretanto, as vésperas das eleições foi possível observar manobras e equívocos dessa comissão e de alguns de seus membros.

Minha avaliação foi de que as resoluções aprovadas foram desrespeitadas, ou seja, ao se analisar a lista de entidades credenciadas como eleitoras e candidatas era evidente de que no segmento de Entidades prestadoras de serviço, estavam entidades de outras áreas, como de saúde e educação que não prestam serviços de assistência social (há aquelas que são “mistas” e que poderiam participar, mas as que são só de uma área não, conforme a regulamentação do art. 3º da Loas), e no segmento de Usuários foram habilitadas entidades prestadoras de serviço, num claro oportunismo (é mais fácil concorrer nesse segmento), sem comprovação do protagonismo dos usuários na direção da entidade.

Tentei contato telefônico com o Ministério Público -MP para denunciar essa situação, mas não obtive sucesso. Entretanto, o dia da eleição foi precedido de uma reunião extraordinária do CNAS, onde se aprovou a presença do MP para acompanhar as discussões, já que deveria fiscalizar as eleições. Nessa oportunidade fiz todas as críticas, inclusive apontando as entidades que não se enquadravam nos quesitos aprovados (a situação mais esdrúxula era de sete organizações de adventistas habilitadas como usuárias!). A discussão no plenário foi bastante tensa, mas a Comissão de Habilitação manteve a posição de que respeitou todas as regras. O MP ouviu e nada fez. A reunião foi gravada e esta sendo transcrita para compor a ata.

O dia das eleições transcorreu sem maiores problemas. O que se observava na assembléia era uma guerra “de igrejas”, católicos, protestantes, adventistas, espíritas. O jogo estava dado (o voto é por segmento) e já se sabia as tendências do resultado final.

Minha posição, por coerência e ética, foi de não votar em nenhuma organização que não se enquadrasse nas resoluções aprovadas e buscar apoios para a candidatura do movimento popular.

No segmento de Usuários, estavam presentes a CMP – Central de Movimentos Populares e o Movimento Nacional de População de Rua, uma novidade política nesse espaço, pois tradicionalmente esse segmento tem a presença de entidades ou de representação de usuários portadores de deficiência e não de movimentos sociais organizados. De última hora fizemos uma articulação para eleger o Movimento Nacional de População de Rua, conseguimos 10 votos, mas não foram suficientes para uma vaga.

Os resultados merecem algumas reflexões:

- segmento de Entidades: a Igreja Católica (CNBB) queria fazer os três titulares e com isso se dividiu (calculou mal), ficando em segundo lugar (atrás da Instituição Sinodal que é protestante) e não elegeu uma de suas candidatas, a União Camiliana. A Confederação de Santas Casas (representada por Brito, que já foi presidente do CNAS) teve o apoio da Igreja Católica. A ABRUC- Assoc. Brasileira de Universidades Comunitárias e os Adventistas conseguiram vagas na suplência (os que apoiaram a ABRUC dizem que os votos do campo

ABONG teriam feito a diferença e invertido a posição com a Confederação de Santas Casas, apesar da matemática, discordo do argumento, pois entendo que não são entidades de assistência social, conforme a regulamentação do ar. 3. da Loas).

- segmento de Trabalhadores: a disputa ficou entre o campo cutista e o CFESS. Em anexo, uma manifestação preparada pelo CFESS, que concordo plenamente.

- segmento de Usuários: perdeu-se a oportunidade de pela primeira vez ter um movimento social com assento no CNAS. A eleição da entidade - União Norte Brasileira das Igrejas Adventistas do Sétimo Dia está sendo questionada no MP e na justiça comum, através de uma articulação dos suplentes que se sentiram prejudicados (além de não ser usuário, parece que nos estatutos está dito que é igreja, o que também é vedado). Se sair uma liminar favorável o Movimento de Pop. De Rua pode ser chamado para assumir uma vaga.

Para finalizar minha participação no Conselho enviei carta ao CNAS, pontuando os equívocos das eleições e apontando desafios para o novo período.

Rosangela Paz

SP/15/05/2006